

## VI | A reprodução humana

O mais crucial dos fatos *especificamente econômicos* que diferenciam a prática econômica cristã de qualquer outra é a forma pela qual tanto a *ciência da economia física* de Leibniz quanto o cristianismo definem a *soberania* da personalidade individual. Como já enfatizamos anteriormente, esta *soberania individual* é definida, estrita e unicamente, pelo *fato histórico universal* que separa a espécie humana, perfeita e absolutamente, de toda e qualquer espécie animal: a *centelha divina* do potencial desenvolvível da *razão criadora*, como definida em *Em defesa do senso comum* e em *Projeto A* (vide Anexo XIII).

O fato histórico crucial referido pela ciência econômica é o aumento per capita conjugado das capacidades produtivas e da fertilidade produtiva potencial da terra cultivável, resultante do progresso da sociedade, de níveis culturais inferiores para os superiores. Esta mudança progressiva, em ambos os elementos, é incorporada e subentendida pela noção de uma *taxa de incremento da densidade populacional potencial*. Em outras palavras, esta é uma noção de uma *função implicitamente contínua*, expressa em termos desta *taxa de incremento funcionalmente variável*. Esta função expressa o efeito do aumento do nível de desenvolvimento das *faculdades criativas mentais potenciais do indivíduo* na sociedade.

À primeira vista, essas considerações podem parecer quase auto-evidentes. Depois de uma segunda olhada, mais reflexiva e rigorosa, descobrimos que estamos entre os mais difíceis problemas axiomáticos de qualquer ciência física matemática. Qualquer reflexão rigorosa sobre a reprodução das gerações sucessivas de uma sociedade apresenta, essencialmente, dois aspectos.

Em primeiro lugar, descobrimos que, embora empreguemos os números ordinários comuns para fazer uma medição grosseira das densidades populacionais reais, não podemos empregar simples métodos aritméticos para definir o número de indivíduos representados por um aumento (ou diminuição) da densidade populacional potencial.

Segundo, a soberania dos processos mentais criativos pessoais define o “indivíduo econômico” dos cálculos per capita, tanto *formal* quanto *ontologicamente*, como membro da mais elevada das espécies das *mônadas* de Gottfried Wilhelm Leibniz<sup>1</sup>.

Um estudante de física matemática que tenha considerado apenas descuidadamente o que já resumimos, provavelmente, cairia em erro, conforme a descrição que se segue. Imagine-se um intercâmbio professor-aluno que inclua estes elementos.

Nós identificamos o pré-requisito para a sobrevivência duradoura de uma cultura social como um processo contínuo de aumentos sucessivos nas forças produtivas *físicas* médias do trabalho, efetuados por intermédio da geração, transmissão e assimilação *eficiente* de descobertas válidas, revolucionárias, científicas (e correlatas), transformando a prática social em geral. Resumimos os benefícios interdependentes desse progresso científico e tecnológico contínuo, com respeito às pessoas, à sociedade e à natureza não-humana, em termos da *taxa de aumento* da densidade populacional potencial.

*Como mediremos a densidade populacional potencial?*

Para ir direto ao ponto crucial: usamos ou não números ordinários simples para identificar a densidade populacional *real* ou *potencial* por unidade de área de terra utilizável? Essencialmente, seria um erro primário usar números ordinários simples para medir as respectivas densidades populacio-

nais, para simples comparações. O nó da questão, colocado mais simplesmente, é que, como notamos em capítulo anterior, o indivíduo típico em um conjunto é um indivíduo de uma *qualidade* diferente daquele de um outro conjunto.

Examinemos um aspecto dessa diferença em *qualidade*. Primeiramente, vejamos isto da forma mais rudimentar e unilateral: em termos dos custos sociais da produção de um valor unitário per capita de uma cesta básica de consumo necessária para um lar doméstico.

Na medida em que aumentamos o nível da tecnologia aplicada às práticas produtivas e outras, aumentamos a qualidade necessária do desenvolvimento educacional e correlato do *potencial criativo* e do caráter moral dos jovens<sup>3</sup>. Assim, aumentamos o consumo per capita e as necessidades construtivas e de lazer da família que produz tais jovens. Entretanto, aumentamos o potencial de produtividade per capita da sociedade de um valor maior que os custos aumentados da cesta básica de consumo necessária à família<sup>4</sup>.

Além disso, na medida em que a condição da sociedade é elaborada dessa maneira, as características demográficas da sociedade se alteram.

Porém, por importantes que sejam esses dois tipos de mudança, eles refletem algo mais profundo - mais espiritual, digamos.

Ao mensurar a densidade populacional potencial, não contamos unitariamente o número de indivíduos; às vezes podemos fazer uma aproximação contando o número de pessoas como indivíduos, em termos de números ordinários, para uma estimativa estatística da densidade populacional *real*, mas isto não define a densidade populacional *potencial*.

A razão óbvia é que o uso de números ordinários, particularmente para os propósitos de medição de funções de densidade de qualquer espécie de magnitude contável, geralmente, pressupõe que haja uma magnitude igual, em algum sentido, associada a cada número ordinário.

Mas este não é o caso com os indivíduos humanos. A qualidade relativa à função densidade no indivíduo humano muda na medida em que a função de densidade populacional

*potencial* aumenta. Isto é, aumentam tanto a atividade, na primeira aproximação, quanto o consumo por indivíduo.

Ademais, essas funções são associadas a uma função primária, que é a criatividade: a ordem mais elevada da criatividade.

Assim, temos essa magnitude não-linear, a ordem mais elevada da criatividade, com os seus predicados de níveis necessários de consumo, e a produtividade potencial, num ou noutro sentido, que ocorrem em um indivíduo soberano.

Então, quando contamos indivíduos, contamos entidades soberanas, cuja magnitude interna é determinada da forma não-linear mencionada.

Portanto, quando comparamos populações em dois períodos de tempo, supondo um processo de desenvolvimento, estamos comparando magnitudes *não comparáveis*. O que estamos comparando é, simplesmente, o número absoluto de indivíduos soberanos equivalentes que poderiam satisfazer aquela função de densidade populacional potencial. Não estamos supondo que se esteja aumentando simplesmente o número de pessoas, de per si.

Suponhamos que aumentemos a nossa densidade populacional em um intervalo significativo entre os pontos A e B do tempo histórico, na mesma sociedade. A maior densidade populacional em B não significa uma maior densidade dos *mesmos* indivíduos que em A, mas uma maior população de indivíduos *transformados*, ou indivíduos de uma qualidade transformada.

Portanto, este é o ponto ao qual chegamos, em termos de reprodução. E é em torno deste ponto da *qualidade* do indivíduo que gira o cerne da questão do aspecto cristão, isto é, o aspecto cristão do *Filioque* da ciência da economia cristã.

## O paradoxo ontológico da produção social

Se tentarmos representar uma densidade populacional crescente por meio de uma função matemática apropriada, como um efeito de um modo intensivo em capital e energia de investimento social no progresso científico e tecnológico,

deveríamos reconhecer imediatamente que não podemos comparar os indivíduos que sofrem tal transformação sob este potencial produtivo, simplesmente, como indivíduos comuns. No transcorrer de uma função contínua, cada indivíduo representa uma magnitude variável, do ponto de vista desta função.

A mesma dificuldade confronta o estudioso no caso em que uma forma mais generalizada da mesma função matemática seja empregada para descrever a condição de densidade populacional potencial decrescente.

Em um terceiro caso, do estado aparentemente estacionário, a densidade populacional potencial constante deve ser determinada por uma representação dada pela mesma função generalizada empregada para representar tanto a densidade populacional potencial maior como a menor.

Entretanto, a idéia de um valor aparentemente constante para a densidade populacional potencial, isto é, a noção de a sociedade manter um “estado estacionário” aparente durante um período prolongado, apresenta ao estudioso alguns resultados provocadores e bastante relevantes.

Lembremos que mesmo a existência simplesmente continuada da sociedade em um *nível constante de tecnologia empregada* deve determinar uma densidade populacional potencial decrescente. Este fato é ilustrado pelo aumento nos custos sociais marginais e pela menor produtividade média, causados por um esgotamento marginal da qualidade dos recursos. Somente o progresso tecnológico pode contrabalançar este fator de esgotamento marginal. Assim, para se alcançar uma condição de crescimento resultante nulo, de “estado estacionário” para uma economia (medida pela densidade populacional potencial), é indispensável manter-se um nível correspondente de investimento intensivo em capital e energia para o progresso científico e tecnológico.

Imaginemos um gráfico tridimensional, no qual o *eixo x* seja o *tempo*, o *eixo y*, o *progresso tecnológico* e o *eixo z*, a *densidade populacional potencial*. Assim, para um valor constante da densidade populacional potencial, em termos de uma função de *z*, deve existir uma taxa de incremento asso-

ciada na função de  $y$ . Essa função de  $y$  é implicitamente uma função não-linear.

Essa imagem simplificada ilustra o fato de que, mesmo para se manter, simplesmente, um “estado estacionário” da densidade populacional potencial, deve haver um constante aumento significativo no nível de investimento intensivo em capital e energia para o progresso científico e tecnológico. Isto define uma “linha universal” como o lugar geométrico de valor constante para a densidade populacional potencial.

Neste tipo de função, o indivíduo corresponde a uma função de atividade *variável*. Assim, mesmo na nossa sociedade hipotética em estado estacionário, os indivíduos médios em intervalos sucessivos não são indivíduos equivalentes. Eles não apenas são de magnitudes diferentes, mas a longo prazo, no mínimo, as diferenças entre eles constituem reflexos de uma função não-linear.

Embora a individualidade biológica de cada pessoa seja contabilizável, as funções populacionais humanas e animais não são comparáveis; não podemos, de forma adequada, contabilizar seres humanos como indivíduos biológicos, da mesma forma como nos permitimos contabilizar animais com uma boa aproximação. O significado funcional das diferenças na individualidade humana não é *meramente* a individualidade biológica; ao contrário, a individualidade biológica é, essencialmente, um mero *veículo* indispensável a um tipo diferente de individualidade. Esta é a característica soberana das faculdades mentais criadoras desenvolvidas do indivíduo.

Em resumo, mesmo em uma sociedade em estado estacionário, o indivíduo médio constitui uma qualidade *não-linearmente variável*.

## Terra e gente

Nunca devemos perder de vista o fato de que é insuficiente melhorar não-linearmente a qualidade do indivíduo médio. Devemos, também, transformar o inculto em terras férteis, lugares em que a fertilidade seja definida em termos dos

níveis existentes, bem como dos emergentes, da tecnologia produtiva e da que lhe é relacionada.

Nas culturas antigas civilizadas ou semicivilizadas, até os tempos modernos, mais de nove décimos das famílias se ocupavam com a produção agrícola e de riqueza física correlata. Ao longo do século XIX, a introdução das máquinas a vapor, nas linhas desbravadas por Gottfried Wilhelm Leibniz, acarretou uma drástica mudança, uma mudança que, quando bem sucedida, seguiu as diretrizes de relacionamento cooperativo entre o campo e a cidade preconizadas pelo secretário do Tesouro dos EUA Alexander Hamilton, no *Relatório sobre as manufaturas*, de 1791.

Deste moderno ponto-de-vista, somos capazes de oferecer certas generalizações seguramente comprovadas a respeito das formas matemáticas de representação da história físico-econômica até hoje.

Para este efeito, definimos a melhoria necessária em áreas de terra e água em termos de categorias físico-econômicas de *uso da terra*. Para tal, associamos cada uma das famílias que constituem a população total à atividade físico-econômica primária (isto é, a relativa à renda familiar) dos membros da força de trabalho adulta daquela família.

Na prática estatística da economia física, a relação funcional entre o potencial per capita de *produtividade física* e a fecundidade de áreas beneficiadas e outras terras e águas é tratada em primeira aproximação em termos de *categorias de uso do solo*. São empregadas sete destas categorias básicas: 1) infra-estrutura econômica básica; 2) agricultura e atividades correlatas; 3) mineração e atividades correlatas; 4) indústrias; 5) habitação; 6) comércio e administração; 7) outras (incluindo reservas de terra sem uso, terras inférteis etc.).

A *infra-estrutura econômica básica* inclui o desenvolvimento, manutenção e operação do fornecimento de água, transporte geral, geração e distribuição de energia, saneamento e comunicações em geral. Igualmente, inclui a educação geral e o apoio cultural correlato para a população como um todo, além dos serviços médicos gerais e atividades associadas à preservação da saúde. Estas representam as categorias

de melhorias capitais essenciais no ambiente total da sociedade, necessário para sustentar uma população na sua produção em um dado nível potencial tanto da tecnologia em uso quanto da densidade populacional potencial.

Em nações sãs e civilizadas, o desenvolvimento e a manutenção da infra-estrutura econômica básica constituem responsabilidade e função costumeiras do governo. Nas economias modernas bem sucedidas, como nos EUA pré-1964 (antes da introdução da “mudança de paradigma cultural”, “pós-industrial”, “neomalthusiana”, da “contracultura de rock-drogas-sexo” de meados dos anos 60), a infra-estrutura econômica básica era suprida como uma atividade econômica do governo ou como função de um serviço público regulamentado pelo governo, ainda que fosse efetivada por empresas privadas prestadoras de serviços públicos. Se o Estado não adotar ou mantiver eficientemente a sua obrigação moral e econômica de prover a infra-estrutura econômica básica, a iniciativa privada geralmente fracassa e a miséria se instala e espalha.

Na questão da determinação dos limites superiores atingíveis pela produção em geral, três aspectos da infra-estrutura econômica básica são bastante conspícuos: água, energia e transporte. Examinemos sumariamente cada um deles.

*Água.* Na história da economia física, a emergência da Civilização é a história dos oceanos, costas, rios, lagos e suprimentos de água em geral, como alimento para a fome da terra. A água é a fonte de alimento do mar, lagos e rios, principalmente de proteína animal. A água é transporte, historicamente a superauto-estrada ao longo da qual progrediram todas as civilizações.

Vejamos o desenvolvimento da Europa a partir do tempo de Carlos Magno (742-814 d.C.). A história do desenvolvimento das nações, cidades e densidades populacionais européias é a história dos mares, regiões costeiras, rios navegáveis e canais da Europa. Ainda hoje, o transporte aquaviário apresenta, inerentemente, o menor custo por tonelada-quilômetro e, para cargas volumosas mais baratas, também o menor custo por tonelada-quilômetro-hora, mais favorável



que o do concorrente mais próximo, a ferrovia. Litorais e rios são as mais antigas artérias da vida civilizada.

A produtividade do solo para a agricultura, mineração e metalurgia, indústrias e habitação é expressa em correlação com os volumes de água em metros cúbicos.

O mesmo se dá com a *energia*. Em uma primeira aproximação, podemos medir a energia em quantidades lineares por quilômetro quadrado e, também, nos termos qualitativos mais simples da *densidade de fluxo energético*, ou seja, em watts por centímetro quadrado de uma seção transversal de aplicação direta.

*Transporte*. Em ordem crescente de custo por tonelada-quilômetro, temos o transporte aquaviário, ferroviário, rodoviário e aéreo.

Se o custo por tonelada-quilômetro fosse o único fator de custo a determinar a produtividade físico-econômica per capita, então, a água predominaria de forma que, virtualmente, não existiriam rodovias de longo alcance nem transporte aéreo de carga. Duas considerações requerem uma forte ênfase para a ferrovia, em relação ao frete rodoviário, de alcance relativamente menor, e ao frete aéreo.

Primeiramente, há a questão da *densidade*. As possibilidades de desenvolvimento econômico de hidrovias são limitadas, de modo que as ferrovias e rodovias são complementos indispensáveis à nossa capacidade de transporte de cargas. Caso contrário, a maioria das áreas terrestres do mundo não poderiam ser significativamente produtivas.

Em segundo lugar, há o fator de custo do *tempo*. Devemos suplementar a avaliação dos custos em termos de tonelada-quilômetro com o custo em termos de tonelada-quilômetro-hora. A *deterioração* é uma consideração óbvia, um ponto que não necessitaria uma maior elaboração no momento. Ênfaticamente aqui o grande aumento necessário no inventário do trabalho em andamento em uma nação se o tempo médio para movimentar bens de um ponto de produção A para um ponto de produção ou distribuição B for significativamente aumentado. Esta consideração é levada em conta em boa medida, ou em uma primeira aproximação, pela substituição

de toneladas-quilômetros por toneladas-dólares por quilômetro-hora<sup>5</sup>.

Entre as variáveis de custo a serem consideradas em sistemas computacionais de aproximações por desigualdades lineares estão os custos energéticos de capital e custeio dos respectivos modos de transporte de carga.

Os custos físicos destas várias formas citadas de infra-estrutura econômica básica variam bastante de duas maneiras: em correlação com o nível normal de produtividade, expressando por sua vez o grau de desenvolvimento da tecnologia empregada; e de acordo com a categoria de uso do solo.

Por exemplo: em qualquer nível de qualidade de sua existência, o membro típico de uma família requer uma faixa variável entre um mínimo e um máximo de consumo diário de água potável. Isto se reflete, principalmente, na categoria estatística de uso do solo *residencial*. Se alocarmos a produção por hectare de uso do solo *agrícola* usando requisitos per capita médios, devemos associar estas quantidades por hectare e per capita a um correspondente requisito de água potável. Teremos um caso similar para o uso do solo em *mineração, indústria* e assim por diante.

Portanto, seguindo este raciocínio, os crescentes custos físicos, inclusive os absolutamente educacionais e médicos, da cesta básica de consumo per capita exigidos por um nível maior de tecnologia aplicada são associados aos requisitos infra-estruturais expressos em termos *combinados* per capita e por hectare, tais como *litros de água potável* (e de outras categorias), *watts por hectare*, *watts por centímetro quadrado de secção transversal*, *dólares-toneladas por quilômetro-hora* e assim por diante.

Assim, o nosso universo físico-econômico é examinado estatisticamente em termos de tais unidades de medição de infra-estrutura por unidade per capita de uso do solo.

Quanto às outras categorias de uso do solo, além da infra-estrutura física, não é necessário elaborá-los a um grau significativo em um ensaio dedicado ao propósito específico deste. Um poucas observações suplementares devem bastar.

## Intensidade de capital

O progresso tecnológico da sociedade se reflete na forma de uma composição variável da divisão do trabalho (físico) dentro e entre as famílias de que se compõe predominantemente uma sociedade sadia.

Na medida em que aumenta a longevidade e cresce a produtividade física per capita, a “idade de egresso escolar” modal necessária e possível converge assintoticamente para a faixa dos vinte e poucos anos de maturidade biológica. A taxa da força total de trabalho empregada na agricultura e em outras ocupações rurais decai para o que é, aparentemente, um limite inferior assintótico de talvez, aproximadamente, um por cento. Nos centros urbanos, a taxa empregada para os bens de produção cresce com relação à decrescente taxa urbana empregada na produção de bens domésticos - embora o conteúdo físico absoluto da porção de consumo doméstico per capita aumente.

Essas mudanças se correlacionam com um aumento na energia per capita empregada pela sociedade. Isto representa uma *humanização* da produção, passando dos meios musculares para os mentais, para controlar voluntariamente os detalhes e os resultados finais do processo produtivo. Isto se expressa, em grande parte, por um aumento da intensidade do capital, uma intensidade do capital refletida na taxa de empregos produtivos, para bens de produção e de consumo da força de trabalho urbana.

## A “mão invisível”

Não há dúvida possível de que David Hume e seu seguidor, Adam Smith, foram encarniçados adversários do cristianismo e da Civilização Ocidental. Deveria também ser claro que, na medida em que o empreendimento privado na agricultura familiar de alta tecnologia e na indústria é essencial para a superioridade das formas européias modernas de economia, tal superioridade nada deve ao dogma da famosa “mão invisível” de Adam Smith, mas à promoção do valor do indivíduo humano como *imago viva Dei*.

Smith está associado a uma única concepção, tão crucial em seu trabalho que todo o restante das suas afirmativas ou que é afirmado pelos seus devotos modernos se baseia ou recai, absolutamente, neste ponto. Este surge como o fulcro da argumentação exposta nos dois principais trabalhos publicados de Smith, a *Teoria dos sentimentos morais*, de 1759, e o dogma da “mão invisível”, em sua obra fisiocrática, plagiária e mais famosa, *A riqueza das nações*, de 1776.

Smith, seguindo a escola protopositivista do irracionalismo filosófico britânico, de predecessores tais como Francis Bacon (1561-1626), Thomas Hobbes (1558-1679), John Locke (1632-1704) e David Hume (1711-1776), afirma no livro de 1759 que o homem é incapaz de prever as conseqüências maiores das suas ações e deve, portanto, ser indiferente aos efeitos finais dos seus atos de participação e omissão. N’*A riqueza das nações*, a defesa do imoralismo pagão (epicurista) feita por Smith assume a forma do dogma da “mão invisível”.

De fato, o resultado global de toda aplicação generalizada do modelo britânico de economia política liberal tem sido a contração ou mesmo o colapso da região do mundo sujeita ao domínio do sistema assim chamado de “livre comércio”. No caso dos EUA, cujo governo constitucional federal foi fundado com sucesso baseando-se na rejeição do liberalismo britânico de Smith, vemos que todas as vezes que o dogma do “livre comércio” foi introduzido no governo, como nos de Thomas Jefferson, James Madison ou Andrew Jackson, por exemplo, o resultado direto foi a catástrofe econômica nacional. A aceleração do colapso das economias físicas domésticas da Grã-Bretanha e dos EUA, durante os últimos cinco anos, constitui um exemplo recente disto.

A prosperidade de Londres durante o século XIX não é exceção a essa regra. As fontes do poder econômico da Grã-Bretanha durante aquele século foram a pilhagem da população e dos recursos naturais de seu império e a pilhagem da maior parte do mundo por meio da predominância do mercado de Londres nas práticas sanguessugas da usura internacional.

Semelhantemente, hoje, é a pilhagem anglo-americana da maioria do planeta, com a ajuda das práticas sanguessugas e genocidas das “condicionalidades” do Fundo Monetário Internacional (FMI), que carregam centenas de bilhões de dólares de pilhagem anual para a economia em colapso dos EUA de meados da década de 1980.

No entanto, deixando de lado Adam Smith e seus correligionários, há algo de grande importância prática a ser dito em favor da iniciativa privada. A história da Inglaterra, mesmo antes de Adam Smith, fornece uma importante pista.

## A empresa privada

Os esforços para promover o progresso científico e tecnológico durante o século XV, por exemplo, encontraram uma poderosa resistência na forma da teimosa animosidade das corporações artesanais contra as tecnologias que oferecessem economia de mão-de-obra. Contra este atraso, ressaltam casos notáveis, como a solução de Brunelleschi (1379-1446) para o desafio da construção da cúpula da Catedral de Florença. Uma das soluções práticas encontradas para o atraso das corporações foi o uso da força do governo para criar monopólios empresariais limitados, de duração fixa, para promover a produção e as vendas de invenções úteis.

Na emergência de tais patentes na Inglaterra do século XVI, por exemplo, deve-se ver refletido o trabalho de Nicolau de Cusa e outros, durante o século XV, ao estipular o direito das nações aos benefícios do progresso científico e tecnológico sob o ponto de vista do direito natural.

Esses e outros aspectos da história econômica moderna servem aqui para iluminar um princípio mais profundo. É apenas por intermédio do direcionamento do comportamento da sociedade humana por meio da faculdade da razão criadora que a espécie humana existe, é capaz de sobreviver de forma humana e está em *imago viva Dei*. Esta é a conexão com a verdadeira base para a promoção da iniciativa privada.

O progresso científico e tecnológico é uma reflexão característica daquela centelha divina de potencial para a razão

criadora que define o homem como *imago viva Dei*. Como já ilustramos com referência às *formas clássicas de arte e*, mais amplamente, à função do *ágape*, o progresso científico e tecnológico, restritamente definido, não é a expressão exclusiva da centelha divina, mas é a única forma na qual esta centelha é refletida como uma forma aproximada de prática físico-econômica de sociedades inteiras. Mais singelamente, qualquer política contrária de prática econômica negaria o homem enquanto *imago viva Dei*.

Levando-se em conta a qualificação implícita no parágrafo precedente, o objeto da sociedade é produzir indivíduos que sejam *imago viva Dei*, indivíduos que expressem uma diminuição da imperfeição, a realização da sua verdadeira natureza como a imagem viva do Criador. A sociedade e seus membros individuais devem, assim, viver e trabalhar de uma maneira consistente com o propósito da existência humana.

Na medida em que a livre-iniciativa na economia física for um meio para colocar os processos econômicos sob o *domínio legal* do princípio criativo, refletido no progresso científico fundamental, a livre iniciativa ou algo equivalente com este efeito específico tem que ser considerada nos princípios da ciência econômica.

Esse ponto é diretamente relevante para as causas do fracasso da atual periclitante economia soviética, mas é igualmente motivo para se opor e desprezar aqueles dogmas do “livre comércio” que têm ocasionado o colapso em curso das economias anglo-americanas. Em particular, o que é chamado de “thatcherismo” por alguns - notavelmente, a política de “desregulamentação” e “privatização”, que a ex-primeira-ministra Margaret Thatcher adotou como o seu principal estoque de professada sabedoria política - merece ser colocado no fundo da lata de lixo da história de uma forma tão rápida e permanente quanto possível.

Devemos exigir, por um lado, que a hierarquia dos componentes dos governos - nacionais, regionais e locais - assumam individualmente, de uma maneira mutuamente coerente, as responsabilidades respectivas apropriadas para manter os monopólios efetivos de poder, regulamen-

tados para fornecer um desenvolvimento e manutenção adequados da infra-estrutura econômica básica. Contudo, devemos também insistir na preferência para uma livre iniciativa quase soberana, como a forma de propriedade e direcionamento na agricultura, produção industrial e distribuição de bens físicos. Isto não está em contradição com a política proposta; ao contrário, as diferenças no nosso tratamento político da infra-estrutura econômica básica e da propriedade e gerenciamento privados da produção decorrem, coerentemente, de um princípio único.

Nosso princípio é o processo não-linear de incremento na densidade populacional potencial da sociedade por intermédio do direcionamento da sua economia física em um modo de investimento e produção intensivos em capital e energia, sob a regra de uma forma de progresso científico e tecnológico consistente com o princípio criador da *imago viva Dei*.

Sempre que possível, confiamos em formas sócio-econômicas que sejam consistentes com a soberania dos processos criativos relevantes: o princípio da livre iniciativa, portanto. Porém, sempre que o avanço contínuo do progresso científico e tecnológico o exija, o governo deve ser responsável pelo estabelecimento e manutenção das pré-condições necessárias, tanto para a infra-estrutura econômica básica quanto para a regulamentação do mercado.

Por exemplo, é insano e imoral ao extremo incentivar um mercado no qual os preços pagos aos agricultores estejam abaixo do custo médio da produção de um suprimento adequado de alimentos. Atualmente, quando o governo interfere para impedir que aqueles usurários chamados cartéis monopolizados de alimentos derrubem, desta maneira, os preços pagos aos agricultores, os defensores do “livre-comércio” uivam de indignação moral contra os “subsídios” e exigem a prática do “livre-comércio”, que, na verdade, se mostra globalmente mais genocida do que o sistema de trabalho escravo “schachtiano” de Hitler.

Da mesma forma, a economia política da sociedade tem de prover, por meio do governo, um desenvolvimento adequado da infra-estrutura econômica básica. Esta iniciativa

governamental não é uma *exceção* à livre-iniciativa privada na agricultura e indústria; é, ao contrário, uma pré-condição indispensável para uma forma bem sucedida de economia empreendedora.

O objetivo moral da produção é a reprodução da Humanidade de acordo com o indivíduo constituído à imagem viva do Criador. Sob este aspecto, somos todos moralmente responsáveis por toda a Humanidade, tanto no passado, quanto no presente e no futuro. Somos responsáveis para com os nossos ancestrais por realizar no grau mais rico possível o potencial do bem com que eles contribuíram em sua época. Somos todos responsáveis no limite do que possamos desenvolver para realizar as nossas faculdades criadoras.